

- PSD quer travar a cobrança de IVA aos profissionais das TNC

- AdC recomenda isenção de IVA para as TNC

PSD quer travar cobrança de IVA aos profissionais de terapêuticas não convencionais

0 0 0 | 31 AGO 2016 19:23



© MIGUEL SANTOS/AGENCEFRANCEPRESS

MAS GARANTIMOS
O PREÇO MÍNIMO

worten

LOJAXL



SAIBA MAIS | ALIMENTAÇÃO

António Costa: "Agora é o PSD"

Nuno Melo: "Temos de ser sérios"

Ministério das Finanças

Autoridade da Concorrência

1247



1247



10



10



10



10



10



10

O PSD pediu esclarecimentos ao Ministério das Finanças sobre a cobrança de IVA aos profissionais das terapêuticas não convencionais, que considera uma discriminação injusta face às actividades exercidas por médicos, e admite legislar para que continuem isentos.

Esta posição foi transmitida à agência Lusa pelo deputado e vice-presidente da bancada do PSD António Leitão Amaro, que disse ter informações de que a Autoridade Tributária "esta a passar a exigir a tributação em IVA destas actividades" e com efeitos retroactivos, "exigindo o pagamento de quatro anos, o que significa a ruína de muitos destes profissionais".

Segundo o deputado do PSD, houve "uma inesperada alteração de entendimento" por parte da Autoridade Tributária. "Até agora, como a lei feita em 2013, aliás, prevê, há um tratamento equiparado aos das outras actividades de saúde, que são isentas de IVA. E assim foi durante muitos anos, desde que os primeiros terapeutas não convencionais se instalaram em Portugal".

O ex-secretário de Estado da Administração Local referia-se à legislação aprovada pelo anterior Governo PSD/CDS-PP que veio regular o exercício das seguintes terapêuticas não convencionais: acupunctura, fitoterapia, homeopatia, medicina tradicional chinesa, naturopatia, osteopatia, quiropatia.

O PSD defende que "a lei é clara e permitiria um comportamento não discriminatório" daquelas actividades, mas "não exclui a possibilidade de intervir legislativamente, caso se confirme que este tratamento discriminatório é concretizado pela Autoridade Tributária e que não é corrigido entretanto" com o objectivo de "clarificar" a legislação. "Neste momento, nós estamos a questionar o Governo, esperando que o Governo possa recuar dentro dos seus poderes", afirmou António Leitão Amaro.

Os social-democratas dirigiram uma pergunta ao Ministério das Finanças na segunda-feira, para saber "qual a justificação para que a Autoridade Tributária tenha começado a liquidar IVA" áqueles profissionais "sem que tenha existido uma alteração da legislação aplicável" e se o Governo "não considera que poderá existir uma injusta discriminação".

Os social-democratas dirigiram uma pergunta ao Ministério das Finanças na segunda-feira, para saber "qual a justificação para que a Autoridade Tributária tenha começado a liquidar IVA" áqueles profissionais "sem que tenha existido uma alteração da legislação aplicável" e se o Governo "não considera que poderá existir uma injusta discriminação".



Nessa pergunta, o PSD invoca também uma recomendação da Autoridade da Concorrência que "recomenda que a actividade de terapêutica não convencional esteja isenta de IVA" e questiona como pretende agir o ministro das Finanças perante essa recomendação.

"Neste momento, queremos saber se Governo partilha dessa interpretação e se, através do seu poder sobre a Autoridade Tributária, clarifica esta situação. Se se vier a perceber que há uma necessidade de clarificação legislativa, obviamente que o PSD não exclui a possibilidade de o fazer", reiterou Leitão Amaro.

Receba por mail - Primeira Página

A capa e os exclusivos dos assinantes.
De segunda a sexta, às 06h15

Inserir e-mail

SUBSCREVER

ÚLTIMAS



Wall Street em alta com expectativa de reforço das políticas monetárias



Costa diz que o Governo "nasceu para enfrentar e resolver desgraças"



Ross garante que inventou o iPhone em 1992. Agora exige mais de 10 mil milhões à Apple

NOTÍCIAS (HTTP://WWW.RTP.PT/NOTICIAS)

EURO 2016 (NOTÍCIAS/DESPORTO/ADMISTRAÇÃO/MUNICÍPIOS/POUPADAS/ECONOMIA/CULTURA)

Autoridade da Concorrência recomenda isenção de IVA para terapêuticas não convencionais

Lusa

29 Jun. 2016, 10:38 | Economia (http://www.rtp.pt/noticias/economia)

A Autoridade da Concorrência (AdC) recomenda ao Governo que isente a acupuntura de pagamento de IVA, equiparando esta terapêutica não convencional (TNC) à medicina convencional, em matéria fiscal.

TÓPICOS:

A AdC recomenda ao Ministro das Finanças e ao Ministro da Saúde que seja promovida "a regulamentação do enquadramento fiscal a que estão sujeitas as prestações de serviços de acupuntura, de modo a assegurar a neutralidade da tributação destas prestações de serviços em sede de IVA, independentemente de as mesmas serem fornecidas por médicos, no âmbito das competências reconhecidas pela respetiva Ordem, ou por profissionais de TNC".

Esta recomendação da AdC dá resposta a uma queixa apresentada pela Associação Portuguesa dos Profissionais de Acupuntura (APPA) contra o Estado Português.

Na queixa, a APPA alega que ao sujeitar a IVA os serviços de acupuntura prestados por profissionais de TNC enquanto isenta os médicos que utilizam a mesma prática terapêutica, este regime fiscal introduz uma distorção da concorrência.

Com efeito, a AdC conclui que ao isentar de IVA as prestações de serviços de acupuntura quanto realizadas por médicos nas condições estabelecidas pela respetiva Ordem, ao mesmo tempo que sujeita a tributação em sede de IVA as prestações de serviços de acupuntura quando efetuadas por profissionais de TNC, "o regime fiscal nacional em causa cria uma distorção da concorrência na medida em que aumenta os custos de um grupo de prestadores do serviço, colocando-os em desvantagem concorrencial".

"Esta situação diminui a pressão concorrencial entre profissionais que aplicam a mesma terapia, podendo, no extremo, condicionar a aplicação da terapia a apenas um tipo de profissionais, face ao diferencial de custo das prestações para os utentes", considera a AdC.

Acerca que desta distorção concorrencial podem resultar "perdas de eficiência na prestação do serviço, menos pressão para a inovação e piores condições de prestação do serviço para os utentes", afirma, acrescentando não ter sido identificado "nenhum interesse público que permita justificar esta distorção da concorrência".

No início deste mês, vários profissionais das TNC manifestam-se em frente à Assembleia da República para exigir a isenção de IVA, à semelhança do que acontece com os profissionais da medicina convencional.

O protesto foi organizado pelos Osteopatas Portugueses (OP) e pela APPA, sob o lema "A Saúde não Paga IVA".

Em causa está o facto de a Autoridade Tributária ter passado a cobrar o imposto de 23% à generalidade das terapêuticas não convencionais, com juros e multas relativas aos últimos quatro anos, considerando que não estão isentas do pagamento deste imposto, como era entendido até aqui.

Estes profissionais contestam o facto de não estarem isentos do pagamento de IVA, ao contrário do que acontece com a medicina e terapêuticas tradicionais.

As primeiras eleições gerais realizadas a 20 de dezembro de 2015, prometiam surpresas da parte de Podemos (à Esquerda) e de Ciudadanos (à Direita), os dois novos partidos que ameaçavam seriamente o habitual bipartidarismo espanhol. E verdade, que as urnas ditaram o fim da confortável alternância de poder entre os populares e os socialistas, mas as negociações que os espanhóis previam abortaram. O líder do PSOE, Pedro Sánchez, ainda tentou a investidura, mas na segunda tentativa de aprovação foi incapaz de reunir a maioria de votos. Estava aberto o caminho para novo escrutínio que aconteceu a 26 de junho e que reuniu resultados similares, o que implica passar o mesmo calvario. Desta vez, o presidente do Partido Popular disponibilizou-se para enfrentar a Câmara dos Deputados

Hajoy é tema tabu. As eleições para o Parlamento português parecerão

são uma incógnita para todos...

Consumidas as margens de negociações e esgotadas as possibilidades de outras lideranças, Espanha deve preparar-se para novas eleições com velhos políticos. Os partidos já disseram que poderão encurtar a campanha para evitar a coincidência do escrutínio com o Natal, mas não pouparam a mobilização de 800 mil espanhóis em dia de votação. Só nas mesas eleitorais, são necessários mais de 500 mil espanhóis. Somam-se, depois, as forças policiais (cerca de 100 mil elementos), os candidatos e suplentes (quase 10 mil), os representantes da administração central (35 mil) elementos das delegações do Governo, secretários dos ajuntamentos... Els aqui uma colossal movimentação num país immobilizado à espera de políticos capazes de governar.

rejeita) e com o PP (que Sánchez parece



Consumidas as margens de negociações e esgotadas as possibilidades de outras lideranças, Espanha deve preparar-se para novas eleições com velhos políticos, numa colossal movimentação num país immobilizado à espera de políticos capazes de governar

Consumidas as margens de negociações e esgotadas as possibilidades de outras

lideranças, Espanha deve preparar-se para novas eleições com velhos políticos, numa colossal movimentação num país immobilizado à espera de políticos capazes de governar

produtos, cujo registo devia passar da DGAV para o Infarmed. Por conseguinte, não podem usufruir de um tratamento similar, nomeadamente em sede de isenção de IVA, uma questão que poderá ser analisada no futuro se aceitarem as exigentes regras impostas à medicina convencional, nomeadamente a criação de um SINATS (Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde) para as TNC. Há praticantes de TNC com boa formação, espírito rigoroso e prática consciente, que discutem de muito do que se passa e com quem a AR deveria dialogar. Façam ouvir a sua voz!

Isentar de IVA todas as TNC, enquanto os doentes sofrem penosamente com o subfinanciamento do SNS, é uma contradição incompreensível.

Será que há mais gente a tomar "gelatina na de burro" do que eu pensava?...

Deputados gostam de gelatina de burro?

José Manuel Silva
Bastonário da Ordem dos Médicos

blica, a AR permite e subscreve afirmações mentirosas e perigosas para a saúde como “O uso da Fitoterapia com os fármacos da Medicina do Ocidente é perfeitamente aceitável, uma vez que não há interação, até porque estamos a falar de plantas medicinais naturais, ou seja, não químicos.” As plantas não têm químicos? Não há riscos de interações? Esta afirmação é contrária à mais singela honestidade, bom senso e evidência científica. As interações plantas-medicamentos são bem conhecidas e potencialmente perigosas (<http://www.oipm.uc.pt/home/>).

A prova definitiva que as terapêuticas não convencionais (TNC) não são “similares” à Medicina é o facto de não quererem sujeitar-se a regras “similares”. As TNC recusam a comprovação científica de eficácia, recusam a formação exigente e idónea, recusam o controlo de qualidade dos seus

produtos, cujo registo devia passar da DGAV para o Infarmed. Por conseguinte, não podem usufruir de um tratamento similar, nomeadamente em sede de isenção de IVA, uma questão que poderá ser analisada no futuro se aceitarem as exigentes regras impostas à medicina convencional, nomeadamente a criação de um SINATS (Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde) para as TNC. Há praticantes de TNC com boa formação, espírito rigoroso e prática consciente, que discutem de muito do que se passa e com quem a AR deveria dialogar. Façam ouvir a sua voz!

Isentar de IVA todas as TNC, enquanto os doentes sofrem penosamente com o subfinanciamento do SNS, é uma contradição incompreensível.

Será que há mais gente a tomar “gelatina na de burro” do que eu pensava?...

“Disciplinar e controlar a produção, a distribuição, a comercialização e o uso dos produtos químicos, biológicos e farmacêuticos e outros meios de tratamento e diagnóstico”.

Porém, em vez de disciplinar e regular,

“disciplinar e controlar a Constituição, prestar-se para isentar de IVA e legitimar a charlatanice da “milagrosa gelatina de burro”, livre e impunemente publicitada com indicações para: diarréia crônica, púrpura, febres, obsessões compulsivas, excesso de ansiedade, insónia, vómitos de sangue; metrorragias, sangramento contínuo da mucosa uterina, hemoptises, hematuria, etc, e que promove o desenvolvimento das crianças, aumenta o número de células vermelhas, melhora a hipotensão, melhoria o sistema imunitário, melhora a inflamação do rim, aumenta a pressão arterial”

Num vergonhoso atentado à saúde pú-

blica, a AR permitiu e subscreve afirmações mentirosas e perigosas para a saúde como “O uso da Fitoterapia com os fármacos da Medicina do Ocidente é perfeitamente aceitável, uma vez que não há interação, até porque estamos a falar de plantas medicinais naturais, ou seja, não químicos.” As plantas não têm químicos? Não há riscos de interações? Esta afirmação é contrária à mais singela honestidade, bom senso e evidência científica. As interações plantas-medicamentos são bem conhecidas e potencialmente perigosas (<http://www.oipm.uc.pt/home/>).

A prova definitiva que as terapêuticas não convencionais (TNC) não são “similares” à Medicina é o facto de não quererem sujeitar-se a regras “similares”. As TNC recusam a comprovação científica de eficácia, recusam a formação exigente e idónea, recusam o controlo de qualidade dos seus

opinião / Praça da Liberdade

Espanha ingovernável

Sigo a vida política em Espanha algo desorientada, porque tudo aquilo que acontece é do domínio do inverosímil. O país vizinho está sem Governo há nove meses e arrisca-se a que a situação se arraste assim até ao próximo ano. Poder-se-á dizer que o povo assim o ordena. Não é bem essa a realidade. Os líderes do PP e do PSOE são aqui os grandes responsáveis pelo impasse. Porque se revelam incapazes de formar Governo e não têm suficiente cultura democrática para perceber que é tempo de sair de cena.

As primeiras eleições gerais, realizadas a 20 de dezembro de 2015, prometiam surpresas da parte de Podemos (à Esquerda) e de Ciudadanos (à Direita), os dois novos partidos que ameaçavam seriamente o habitual bipartidarismo espanhol. É verdade que as urnas ditaram o fim da confortável alternância de poder entre os populares e os socialistas, mas as negociações que os espanhóis previam abortaram. O Líder do PSOE, Pedro Sánchez, ainda tentou a investidura, mas na segunda tentativa de aprovação foi incapaz de reunir a maioria de votos. Estava aberto o caminho para novo escrutínio que aconteceu a 26 de junho e que reuniu resultados similares, o que implica passar o mesmo calvário. Desta vez, o presidente do Executivo não conseguiu obter

dose a estender a sua capacidade para convencer as diferentes bancadas. Enganou-se e os socialistas sentiram-se vingados. O mais previsível agora é que aconteçam novas eleições que, a obedecer ao calendário eleitoral, recairiam no dia de Natal. Não será esse o mal maior. O mais grave é repetir-se a mesma tendência de votos e tudo cair no mesmo dédalo em relação ao qual ninguém parece conhecer a rota.

Isso pode acontecer, porque os atuais líderes partidários extremaram posições entre si. Por isso, a solução seria mudar as lideranças, mas mais fácil seria dobrar novamente o cabo das Tornemas. No Partido Popular, a substituição de Rajoy é tema tabu. As eleições para o Par-

lamento regional da Galiza a 25 de setembro reforçarão os populares e isso ajudará Mariano Rajoy a consolidar o seu lugar no partido e as suas aspirações em continuar na Moncloa, mesmo que todos tenham já percebido a sua incapacidade em dialogar com os outros partidos e em controlar casos de corrupção dentro de portas.

No PSOE, Pedro Sánchez não carrega o desgaste governativo, que nunca experimentou, mas sofre as consequências de sucessivas derrotas eleitorais e de uma campanha radical com críticas à Esquerda e à Direita, o que lhe inviabiliza acordos com o Podemos (que parte do PSOE rejeita) e com o PP (que Sánchez parece-

odiar). Nos corredores do partido, muitos conspiram contra si, mas ninguém quer ficar com o ônus de uma saída que numera garantiria uma viragem radical dos votos. Eterna rival de Sánchez, a presidente da Junta da Andaluzia ouviu esta semana dizer em público o que sussurrava em privado há muito tempo: o PSOE deve passar rapidamente para a Oposição. Ora, isso significaria que os socialistas teriam de viabilizar um Governo comandado por Rajoy e isso Sánchez já jurou que nunca fará. Susana Díaz teme avançar mais nas sugestões, porque a conquista da liderança dos socialistas ditaria uma saída do lugár que agora ocupa e as eleições gerais são uma incógnita para todos.

Consumidas as margens de negociações e esgotadas as possibilidades de outras lideranças, Espanha deve preparar-se para novas eleições com velhos políticos. Os partidos já disseram que poderão encurtar a campanha para evitar a coincidência do escrutínio com o Natal, mas não pouparam a mobilização de 800 mil espanhóis em dia de votação. Só nas mesas eleitorais, são necessários mais de 500 mil espanhóis. Somam-se depois as forças policiais (cerca de 100 mil elementos), os candidatos e suplentes (quase 10 mil), os representantes da administração central (35 mil), elementos das delegações do Governo, secretários dos ajuntamentos... Ficam assim muitos coloscos na estrada.



Consumidas as margens de negociações e esgotadas as possibilidades de outras lideranças, Espanha deve preparar-se para novas eleições com velhos políticos, numa colossal movimentação num país imobilizado à espera de políticos capazes